

A educação em museus: Caminhos e cenários de mediação cultural

José Miguel Neves¹

Rosário Barbosa²

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto

RESUMO

Embora em épocas anteriores se tenha chamado a atenção para as potencialidades pedagógicas dos museus, constatamos que em Portugal o primeiro serviço educativo foi criado em 1953 no Museu Nacional de Arte Antiga. Trata-se de uma medida pioneira no país com repercussões a nível nacional. Assumiu protagonismo na área de formação de monitores e conservadores e com ela floresceu uma nova linha de atuação na ação educativa conduzindo à criação de serviços educativos, independentemente de utilizarem esta ou outra terminologia, noutras instituições culturais.

No final do século XX e nestas primeiras décadas do novo milénio, os museus têm dado particular acuidade à sua função educativa e esta assume-se progressivamente como uma área fulcral de mediação entre públicos e coleções e/ou exposições. Ultrapassa o âmbito da relação museu-escola, passando de uma posição subalterna e complementar a função emergente e em consolidação, tendencialmente inscrita em programações diversificadas, dirigidas a públicos heterogéneos e com recursos mínimos (humanos e materiais).

Palavras-chave: Museu; Educação; Serviço educativo; Mediação cultural.

ABSTRACT

Although in times past attention was drawn to the pedagogical potential of museums, we note that in Portugal the first educational service was only created in 1953, at Museu Nacional de Arte Antiga. This measure was a pioneer one in the country and had a national level repercussion. It assumed a leading role in the training of monitors and curators, and with it a new line of educational action flourished, leading to the creation of Educational Services, regardless of the terminology used at other cultural institutions.

Since the end of the 20th century and the first decades of the new millennium, museums have given particular attention to their educational function which has been progressively assuming itself as a key area of mediation between audiences and collections and/or exhibitions. It goes beyond the scope of the museum-school relationship, freeing itself from a subordinate and complementary position, becoming an emerging and consolidating function, which tends to be part of diversified programs aimed at heterogeneous audiences and with minimal resources (human and material).

Keywords: Museum; Education; Educational service; Cultural mediation.

1. Considerações iniciais

Reconhecendo que a educação em museus se tornou, no final do século XX e início do século XXI, uma função emergente e em consolidação, este texto procura traçar a sua génese em Portugal e apresentar o percurso dos serviços educativos e seus profissionais.

¹ Endereço de contacto: joseneves@ese.ipp.pt

² Endereço de contacto: rosariobarbosa@ese.ipp.pt

Numa abordagem cronológica, será descrito o enquadramento histórico desde o papel do Museu Nacional de Arte Antiga nos anos 50 do século XX. Serão também explanados conceitos e caminhos da mediação cultural, abordando o alargamento a outros museus e a outras instituições e refletindo sobre o cenário na viragem do século.

2. Museu Nacional de Arte Antiga

No final do século XIX, chamou-se a atenção para as potencialidades pedagógicas dos museus num pequeno artigo publicado originariamente no jornal *O Século*:

É também necessário obrigar as escolas oficiais, de toda a qualidade de ensino, a mandarem os seus alumnos aos museus, para ahi procurarem o devido ensinamento, que, muitas vezes, vale por uma dúzia de prelecções, na escola do exército, por exemplo, sabemos que se gastavam alguns dias letivos com explicações de armas antigas, e não se fazia uma só visita ao museu militar, onde isso tudo se aprenderia melhor por uma só vez. (Y., 1897, p. 280)

Mas, a abordagem histórica para o enquadramento do setor da educação na museologia portuguesa teve a sua génese no Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) e na ação de João Couto, primeiro como conservador e depois como diretor.

Em 1924, João Couto ingressou nos quadros do MNAA e iniciou “a verdadeira actividade educativa da instituição, ao trazer para dentro das suas salas, em aulas vivas, os alunos da Escola Pedro Nunes, de que era então professor, [...] propondo o museu como lugar vivo de descoberta e encontro” (Pinto, 1977, p. 32). Sobre este assunto, Madalena Cabral acrescentou que “desde os seus antigos anos de Conservador aqui trouxe continuamente grupos de rapazes interessados, nos quais procurava despertar a atenção para as várias espécies artísticas expostas” (1960, p. 47).

Nos anos 30, o serviço de extensão escolar, dirigido a grupos escolares, crianças e adolescentes, organizava visitas guiadas, promovia palestras de esclarecimento sobre os propósitos das mesmas e emprestava materiais às escolas³. Mesmo com essas atividades, “desde o final da década de 30 e ao longo das décadas de 40 e 50, não encontramos um programa totalmente delimitado e com uma orgânica completamente definida dos «serviços de extensão escolar»” (Costa, 1996, p. 285), pois eram notórias a dificuldade de financiamento e a escassez de recursos humanos. Foi então criado, em 1953, o serviço infantil do MNAA, por “um grupo de mulheres pioneiras, autodidactas, num trabalho isolado e de absoluto mérito iniciava uma nova era nos museus. Acolhia alunos e professores e mediava a coleção de belas artes.”⁴ Pretendia-se, por um lado, definir ações para colmatar a ausência de público no museu (nomeadamente o escolar), e, por outro, contrariar a falta de pessoal para o acompanhar. Surgiu um novo serviço, “uma certa estrutura de continuidade” (Costa, 1996, p. 217), com a colaboração desde o final desse ano de Madalena Cabral, “deixando os escassos conservadores para outros trabalhos e iniciativas” (Costa, 1996, p. 217). A pintora apontou os principais objetivos do serviço:

familiarizar a criança com tudo quanto é belo, tanto na natureza como nas obras criadas pela mão do homem; desenvolver o seu sentido de admiração; ajudá-las a descobrir a verdadeira harmonia onde ela se encontra, quer na beleza de um ramo de árvore ou nas cores duma paleta; ajudá-las a descobrir o que nunca viram, e na realidade existe ao seu lado; ajudá-las a investigar da técnica de cada trabalho, tornando-a sua. Dar-lhes os meios de exprimir livremente através da linguagem plástica o seu poder de criação, imaginação, sensibilidade. (Cabral, 1960, p. 47)

³ Como referiu Guerreiro, na terceira conferência dos conservadores dos museus, palácios e monumentos nacionais, realizada no Porto em setembro de 1962, “A política de empréstimos é aliás tradição do Museu Nacional de Arte Antiga que já no tempo do Dr. José de Figueiredo e depois no do seu sucessor Sr. Dr. João Couto se propôs emprestar aos liceus que lhes solicitassem, os dispositivos de que dispõe para ilustração de aulas ou conferências” (1963, p. 106).

⁴ Palavras de Catarina Moura numa comunicação apresentada no Encontro nacional “Serviços educativos em Portugal: ponto da situação”, realizado no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa, em 7 de fevereiro de 2011.

Para o cumprimento desses fins, levaram-se a cabo várias ações – visitas guiadas, criação do Centro Infantil, sessões de cinema e formação de monitores.

As visitas guiadas dirigidas, nessa fase, a crianças de “escolas infantis, primárias ou técnicas, liceus, grupos paroquiais ou centros de assistência infantil, internatos da Misericórdia e Casa Pia, etc., etc.” (Cabral, 1960, p. 49) mais não eram do que “passear e conversar com as crianças, acompanhando-as nas salas do museu” (Couto, 1964, p. 151). Couto definiu as visitas com o seguinte *slogan*: “«as crianças vêm brincar no Museu». Nada se lhes ensina. As crianças vêm e perguntam. E as monitoras satisfazem, em termos simples e compreensivos, a curiosidade dos petizes” (Couto, 1963, p. 181). Em 1961, iniciaram-se “As conversas das 4.^{as} feiras” e, posteriormente, as “Lições das 4.^{as} feiras” com estudantes do ensino secundário. Nas palavras de Guerreiro (Couto, 1963, p. 102), essas palestras consistiam em “agradáveis e amenas conversas com os rapazes e raparigas, acompanhadas da projecção de diapositivos e terminadas pela exibição dum filme sobre artes plásticas, música ou qualquer outro tema de carácter educativo.”

O Centro Infantil, inicialmente instalado num edifício com precárias condições, passou em julho de 1960 para um anexo do Museu⁵ e foi

uma das grandes fontes de contacto verdadeiramente íntimo e amigável com a criançada [dos 4 aos 15 anos de idade]. [...] O Centro Infantil, além das suas salas [...], e da sua incipiente colecção de objectos de formas puras trazidas do nosso artesanato, foi recentemente enriquecido com uma nova sala: o antigo armazém, relativamente espaçoso, que lhe fica contíguo. (Cabral, 1960, p. 50)

Outra ação do serviço infantil consistiu na formação de monitores “para esse serviço de modo a tornar possível a sua continuidade e expansão” (Costa, 1996, p. 245). A partir de 1953, foi dada especial atenção à formação e prioridade ao acompanhamento de grupos escolares. Em finais de 1962, Couto (1962, p. 269-270) organizou, com espírito empreendedor, cursos teórico-práticos de monitores no MNAA destinados a serviços infantis de outros museus e voltou a reforçar a necessidade de formação:

Como no Museu de Arte Antiga onde já hoje existe um trabalho de extensão escolar para crianças e para adolescentes, é necessário iniciarmos esta preparação de monitores, destinados a outros Museus. [...] Vamos iniciar o trabalho da sua preparação, conduzido em dois campos: – um teórico, de que eu me encarregarei, em conversas que farão rir os sábios, mas que talvez sejam úteis para principiantes, outro prático que consiste no acompanhamento assíduo daquilo que já hoje se pratica no Museu de Arte Antiga no campo das visitas explicadas, das sessões de cinema e do Centro Infantil.

Foram diversas as competências atribuídas, ao longo dos anos, a esses técnicos. Cabral salientou a importância do “trabalho de iniciação artística para educadores” (1960, p. 51), de um “serviço educativo [...] com a ajuda dum guia esclarecido” (1960, p. 51) e refletiu sobre o perfil e as competências dos monitores:

orientadores discretos, atentos, ricos de compreensão humana, e possuidores de um mínimo de bagagem cultural que os ponha à altura da sua tremenda missão: abrir para as crianças, a par do actual mundo da ciência e da técnica, uma pista de beleza, de criação pessoal, de descoberta e sonho também. (1960, p. 51)

Guerreiro sublinhou a necessidade da pessoa “que guia a visita, conheça tão bem as colecções como a natureza humana que está a guiar. Parece-nos, portanto, indispensável uma base segura de conhecimentos sobre o que se vai mostrar e uma certa preparação pedagógica” (1963, p. 105). Couto corroborou a ideia:

⁵ Recordem-se as palavras de Couto: “O Centro Infantil do Museu de Arte Antiga esteve numa velha casa, condenada. Há pouco ameaçava ruína e todos foram de opinião que era necessário abandoná-la o mais depressa possível. Assim se fez. Deixámos esses compartimentos cheios de pena e de recordações. [...] Fechada a casa, impôs-se arranjar nova instalação para abrigar as crianças. O problema não foi difícil, [...] improvisou-se no jardim um barracão e o necessário para que todos pudessem pôr mãos à obra” (1963, p. 149).

peçoas que gostem de crianças e que saibam atender e despertar as suas curiosidades – que saibam conversar com elas. [...] A monitora tem de estar atenta e tem de saber ouvir. Exposta a dificuldade pela criança, tem de saber responder de forma que ela entenda, com toda a simplicidade e sem empregar conceitos ou termos que não assimile. (1964, p. 151)

No início da década de 70, Cabral constatou:

Servimo-nos desta palavra [monitor] por hábito; nela cabe a personagem que tanto poderá ser guia ou orientador de visitas, como encarregado de acolhimento de grupos, orientador de oficinas, e, de forma geral, encarregado de contactar com o público. [...] No caso do monitor, é exigida uma outra dimensão fundamental: a sua humanidade, o seu conhecimento pedagógico e psicológico. (1971, p. 45)

3. Alargamento a outros museus

O serviço infantil do MNAA, com objetivos e programa de atividades, permaneceu até aos anos 60 como um

eixo de acção quer como modelo de uma nova concepção de museu e do espaço voltado para o público, quer como piloto no desenvolvimento de uma acção educativa para públicos específicos, quer ainda como o centro de formação do pessoal do museu, superior ou especializado e vocacionado para esse trabalho de educação. (Costa, 1996, p. 283)

Contou com o apoio do Instituto de Alta Cultura, na concessão de bolsas de estudo a monitores, e da Fundação Calouste Gulbenkian, através do Regulamento de Subsídios a Centros de Educação Artística Infantil, tornando “possível a iniciação de alguns trabalhos e a realização de certos sonhos, tais como: amplo fornecimento de materiais às crianças que frequentam o atelier; apetrechamento rudimentar, mas suficiente, do mesmo atelier, etc.” (Cabral, 1961, p. 43).

Interessa relembrar o Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia, publicado no Decreto-Lei n.º 46758/1965. Traçou o panorama museológico no setor da educação, reconheceu a função educativa dos museus e classificou a missão dos museus como científica, artística, educativa e social:

Mas a verdade é que até aos fins da segunda década do século XX os museus conformavam-se com uma frequência restrita de artistas e historiadores, críticos e amadores de arte. O museu recolhia as obras, expunha-as, aliás em obediência a critérios que raro alcançavam a sua valorização estética, e deixava-as à admiração dos apreciadores esclarecidos e à actividade dos investigadores. Aguardava passivamente os visitantes, era, na melhor das hipóteses, um lugar de estudo erudito, mas não pensava servir as massas através de uma obra de autêntica difusão cultural. Só depois da primeira grande guerra, sob a influência do exemplo americano, o papel educativo e social dos museus foi ganhando verdadeiro sentido. Em quase todos os países da Europa se iniciaram movimentos tendentes a atrair às salas de exposição as camadas populares e escolares para lhes formar o gosto e lhes proporcionar educação artística. [...] Os roteiros, catálogos e folhetos ilustrados, as conferências, as exposições temporárias e sobretudo as visitas colectivas orientadas por comentadores qualificados e os contactos estreitos e constantes com as escolas são os processos a que para esse efeito se tem recorrido em países que nos podem servir de exemplo. As realizações e os ensaios que entre nós se têm verificado, quer em Lisboa, quer na província, lograram quase sempre resultados animadores e por vezes revelaram mesmo insuspeitadas condições de receptividade.

O mesmo diploma registou a importância das atividades pedagógicas: “Incumbe ainda aos museus organizar visitas colectivas, orientadas, às suas colecções e estimular, por todos os meios ao seu alcance, a organização delas por quaisquer outras entidades e promover que se multipliquem.”

Ao longo dos anos 60 e 70, criaram-se serviços infantis noutros museus “inseridos nas diferentes matrizes sociais, patrimoniais e organizacionais” (Barriga, 2007, p. 27). Vejam-se os exemplos: Soares dos Reis, José Malhoa, Municipal de Viana do Castelo, Coches, Arqueologia, Machado de Castro, Condes de Castro Guimarães, Aveiro, Viseu e Setúbal.

4. Retrospectiva sobre as décadas de 70 e 80

Nas décadas de 70 e 80, emergiu o debate sobre a terminologia, sendo diversas as tentativas anteriores de encontrar a expressão adequada ao trabalho desenvolvido no setor da educação em museus nomeadamente no MNAA: serviço de extensão escolar, serviço infantil e serviço educativo. Esta última denominação tornou-se alvo de crítica e reflexão, levando a que, na década de 70 e seguintes, se tendesse a substituir por serviço de educação – expressão surgida no seio do “Grupo de Lisboa” (Costa, 1996, p. 329), constituído por profissionais do MNAA e de outros museus⁶, com trabalho e reflexão sobre “os problemas dos serviços educativos (Serviços de Educação)” (Costa, 1996, p. 328), relacionados com a formação de pessoal, a definição de funções, as remunerações e a oficialização do serviço. A nova terminologia mais não foi do que a procura de

uma que melhor traduzisse não apenas o trabalho de educação até então feito, quanto uma concepção mais ampla da função educativa dos museus a prosseguir. Designação esta, no entanto, que ainda hoje não foi tornada designação oficial no panorama museológico nacional, sintoma de uma evolução que se encontra em aberto. (Costa, 1996, p. 18)

Ainda hoje, na grande maioria dos museus portugueses, é utilizada a designação de serviço(s) educativo(s) coexistindo, no entanto, com outras para além das já referidas na abordagem aos anos 50, 60 e 70: serviço ou departamento de ação cultural, serviço de extensão cultural, centro educativo, serviço de ação comunitária, serviço educativo e de animação, setor de comunicação e divulgação, serviço ao visitante, mediação cultural, serviço de educação e mediação, setor de educação e animação artística, serviço de públicos e serviço cultural e educativo.

Simultaneamente ao debate sobre a nomenclatura dos serviços educativos, reorganizaram-se as carreiras. A profissão de educador de museu – expressão de tradição anglo-saxónica – é comumente empregue noutros países, mas não existe em Portugal. Outra designação difundida, por exemplo na Suíça ou em França, é a de mediador (International Council of Museums, 2008). No cenário português, para nomear aqueles que exercem funções nos serviços educativos são predominantes, desde os anos 60 até à atualidade, expressões como monitor, animador, guia, orientador de visitas, assistente educativo, mediador cultural e educador. Contudo, desde a década de 30 até aos anos 70, foram vários os museus em que se exigiu ao conservador o desempenho de múltiplas funções entre as quais a de educador. Foram também diversos os documentos legislativos que dedicaram especial atenção aos cursos de formação de conservadores e ao reforço da sua inclusão nos quadros.

O Decreto n.º 20985/1932 dispunha que a preparação dos conservadores fosse assegurada por um tirocínio de três anos no MNAA. Aos conservadores tirocinantes cabia, entre outras funções, acompanhar os visitantes. Cerca de um ano depois, o Decreto n.º 22110/1933 regulamentou o estágio a realizar durante três anos nesse Museu e definiu as funções dos conservadores tirocinantes, devendo então colaborar “na organização dos inventários e na dos catálogos das colecções, bem como na arrumação e catalogação da biblioteca do Museu”; e ainda acompanhar “visitantes e excursões” e proferir “as conferências e palestras de que forem encarregados” (Decreto n.º 22110, 1933).

Entre 1965 e 1974, o estágio foi substituído por um curso de dois anos letivos, lecionado na Faculdade de Letras de Lisboa (parte teórica) e no MNAA (parte prática). Estavam contempladas várias matérias, entre as quais o “aproveitamento didáctico dos museus”, a formação de pessoal auxiliar e especializado bem como dos monitores para os serviços de extensão escolar. Também a própria ordem de trabalhos das várias conferências dos conservadores dos museus, palácios e monumentos nacionais confirmou a pertinência dos serviços educativos enquanto função dos conservadores (Couto, 1961, p. 3-21; Guerreiro, 1963, p. 102-107). Em 1973, por iniciativa do então Ministério da Educação Nacional, foi organizado um curso de monitores de serviços educativos (Azevedo, 2003, p. 87), e durante os anos 80, entidades como o Instituto Português do Património Cultural e a Associação Portuguesa de Museologia (APOM) retomaram, embora com novos formatos, esses cursos.

⁶ José Luís Porfírio, Filomena Sousa Gomes, Teresa Pacheco Pereira, Helena Avillez, Madalena Cabral, Helena Cidade Moura, Carlos de Azevedo e Arquimedes Silva Santos.

Por Decreto-Lei n.º 45/1980, regulamentou-se nos museus do Estado a carreira de monitor, no grupo de pessoal técnico-profissional, incluindo quatro categorias: monitor principal, monitor de 1.ª classe, monitor de 2.ª classe e monitor estagiário. Nesse diploma, definiram-se as funções e a formação necessária: “colabora na acção cultural do museu, exercendo junto do público funções de educação, animação e informação” e deve estar habilitado com “o curso complementar dos liceus ou habilitação equivalente e formação técnico-profissional complementar adequada” (Decreto-Lei n.º 45, 1980).

A Portaria n.º 352/1987 e a Portaria n.º 929/1987 enquadraram a carreira de monitor na área funcional dos “serviços educativos”, dentro do grupo de pessoal técnico-profissional com seis categorias – técnico adjunto especialista, técnico adjunto principal, técnico adjunto de 1.ª classe, técnico adjunto de 2.ª classe e estagiário. Os Decretos-Lei n.º 233/1989 e n.º 248/1989 reafirmaram a inserção da carreira de monitor no grupo de pessoal técnico-profissional e na área funcional dos “serviços educativos”, pelo que as categorias eram as mesmas das estipuladas na Portaria n.º 929/1987.

Constatámos ainda que a designação de técnico superior do serviço educativo estagiário apareceu mencionada, em 1989, num diploma legislativo referente ao ingresso nos quadros da autarquia portuense. As suas funções eram assim descritas:

estuda as colecções dos museus municipais; organiza *dossiers* sobre temas relacionados com os fundos museológicos; elabora folhas de trabalho para enriquecimento das visitas guiadas ou outras acções de carácter cultural, assim como outras publicações relacionadas com acção educativa; organiza actividades de extensão cultural que completam as acções desenvolvidas pelo Serviço de Museus e Serviço de Património; promove ligações com os estabelecimentos de ensino, numa acção de sensibilização da escola para os temas portuenses e para a defesa do património; efectua visitas guiadas (antecedidas de projecção de *slides*) nos diversos museus municipais do Porto; realiza oficinas temporárias para ocupação dos tempos livres. (Aviso, 1989)

No início do século XXI, a carreira de monitor foi extinta, justificando-se no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 55/2001:

O entendimento de que a permeabilidade das carreiras é fundamental ao desempenho do museu, justifica que, por exemplo, aos Serviços Educativos não seja atribuída uma carreira específica. A experiência mostra que a formação específica e respectiva carreira, nesta área, são perigosamente redutoras. As importantes funções do Serviço Educativo de um museu, dirigidas a públicos diferenciados cada vez mais exigentes, não dispensa um trabalho de equipa alargado, coordenado por um conservador e desempenhado por técnicos de nível superior e médio com formação inicial diversificada, definida pelas particularidades das colecções e dos objectivos de cada museu. (Decreto-Lei n.º 55, 2001)

Continuando o nosso percurso pela legislação portuguesa, impõe-se ainda mencionar o Despacho conjunto n.º 1062/2003, pois criou um grupo de trabalho com objetivo de estudar e propor medidas efetivas de articulação entre os Ministérios da Educação e da Cultura. Pretendia-se, entre outras ações, a presença de professores nos serviços educativos dos museus.

5. Viragem de século: ponto da situação

Assistimos, a partir dos anos 90, ao desenvolvimento de novas estratégias de relacionamento dos museus com a sociedade, ao repensar e reequacionar dos seus espaços, à (re)qualificação arquitetónica, à informatização e publicação dos inventários, à realização de exposições temporárias, à implementação ou renovação de lojas e cafetarias e à organização de eventos culturais diversificados. Rompeu-se com a rotina, colocando permanentes desafios de atualização, estudo e diálogo com os públicos. Foi nesta abordagem que serviços e projetos educativos foram criados, reestruturados e ampliados.

Os serviços educativos, independentemente de utilizarem esta ou outra terminologia, têm vindo a assumir progressivamente o papel de mediação, reinventando linguagens e discursos e programando um espectro alargado de atividades. Têm ocorrido em Portugal importantes mutações referentes ao reconhecimento e à

pertinência da dimensão educativa enquanto trabalho de mediação. Floresceu a importância da participação ativa da sociedade, valorizando a experiência e interagindo com objetos e lugares. A construção de formas de cooperação entre escola e museu assume-se cada vez mais um profícuo caminho para a relação escola-museu-comunidade.

A evolução do próprio conceito de educação – alicerçado nos pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos/aprender a viver com os outros e aprender a ser (Delors, 1996) – contribuiu para a centralização do papel educativo dos museus. Mendes (1999, p. 683) relata que “a escola e a *educação formal* por ela ministrada tornaram-se insuficientes, pelo que a *educação informal*, do género da que é assegurada pelas instituições museológicas, tem vindo a adquirir uma importância redobrada” (Mendes, 1999, p. 683). Atualmente, a escola, embora proporcionando a descodificação dos códigos da leitura, da escrita e do cálculo (Housen, 2000), não tem a exclusividade da educação. As aprendizagens processam-se dentro e fora do universo escolar, nomeadamente nos teatros, nos jardins, nas ruas, nas bibliotecas ou nos museus, mas principalmente no seio familiar. Implica cada vez mais a vivência de experiências. Por conseguinte, os museus são portadores de potencialidades formativas com articulação aos conteúdos curriculares. São locais de aprendizagem, caracterizados pela própria natureza dos objetos, pela flexibilidade operacional dos estudos, através de experiências multisensoriais (visuais, táteis e/ou auditivas), bem como pela ausência de um sistema de avaliação formal. Nas palavras de Marques, a aprendizagem (em contexto de museu) potencia a “maneira de perceber os objectos e aceder a formas de conhecimento que [...] possibilitem aprender e perceber outras realidades, outros possíveis, outras conjecturas. Não se trata de modificar olhares, mas sim trans(formar) modos de ver, de estar e de ser” (2001, p. 9).

Por outro lado, a educação passa a ser encarada também como algo que não acontece apenas na infância e na adolescência, mas sim ao longo da vida. Verifica-se que os museus, sendo locais de aprendizagem informal e dirigida a todos⁷, criam oportunidades, colocam desafios, facultam experiências e desenvolvem atividades e programas⁸ que ultrapassam as camadas mais novas integradas no sistema de ensino formal, a escola. Torna-se assim consubstanciada a importância da educação – “não é algo que se faça numa altura só da vida ou o privilégio de apenas alguns: faz-se sempre e é infindável” (Rodrigues, 2008, p. 58).

Apesar de revelarem tardia valorização dos serviços educativos, outras instituições têm vindo nas últimas décadas a registar o seu interesse. No final dos anos 90 e início do novo século, é vincada e organizada, por um lado, a reestruturação dos serviços educativos nos museus e, por outro, a criação noutros organismos deste tipo de mediação. Proliferam as construções e/ou renovações, de diversas tipologias, multiplicam-se os eventos, reforçam-se e/ou consolidam-se as atividades. Referimo-nos a outras instituições culturais como bibliotecas, arquivos, teatros, monumentos, centros de ciência, centros culturais e fundações⁹ que estruturam esse serviço nas áreas das artes plásticas, do património, da música, do teatro, da dança e da ciência¹⁰. Na conclusão de um estudo efetuado entre 2006 e 2007, com base num inquérito às actividades pedagógicas/formativas dos equipamentos culturais, Gomes e Lourenço apresentaram algumas tendências no setor, nomeadamente o “aumento de equipamentos com acções educativas, reflexo de políticas «empenhadas» na democratização da procura” (2009, p. 179) e a “diversificação de actividades propostas e para a multiplicação de públicos-alvo” (2009, p. 181).

Nestas primeiras décadas do século XXI, a noção de serviço educativo, fruto de uma planificação e de um trabalho transversal a toda a equipa, corresponde como tão bem refere Clara Frayão Camacho:

⁷ Jacques Delors (1996) emprega a expressão “educação durante toda a vida”. Veja-se também: *Museus e educação de adultos em Portugal: tendências e práticas* (Camacho, 2004, pp. 31-35), *Museus, mediadores e educação de adultos: práticas partilhadas em cinco países* (Stöger, 2001) e *O serviço educativo do Museu Nacional de Arte Antiga e os programas para adultos* (Gallego, 2000/2003, pp. 79-85).

⁸ As visitas às exposições e aos espaços, as oficinas, os ciclos de música e de cinema, os cursos e os debates são algumas das atividades centrais.

⁹ Como exemplos tão diversos podemos citar o Mosteiro de Tibães, as Bibliotecas Municipais do Porto, o Arquivo Distrital do Porto, o Centro Cultural Vila Flor em Guimarães, a Casa da Música ou o Teatro Nacional São João.

¹⁰ Silva (2004, pp. 241-283) dedica uma parte da sua comunicação aos serviços e programas educativos das instituições culturais, nomeadamente nas áreas dos museus, das bibliotecas e das artes do espetáculo.

a uma estrutura organizada, dotada de recursos mínimos, designadamente pessoal, inscrita organicamente no museu em que se insere, mesmo que de maneira informal, que desenvolve acções dirigidas ao público, com objectivos educativos. Ao Serviço Educativo compete o cumprimento da função museológica de educação, uma das indispensáveis funções inerentes ao conceito de museu, que se articula com as restantes funções museológicas de estudo e de investigação, de incorporação, de inventário e de documentação, de interpretação e de exposição. (Barriga, 2007, p. 28)

A vertente educativa do museu, expressa no seu modelo de gestão, deverá constituir um compromisso entre tutelas (Administração Central, Governos Regionais, Administração Local e Privados), profissionais, comunidades e públicos.

Outro aspeto significativo a sublinhar é a inclusão da função educativa na própria definição de museu adotada pelo International Council of Museums (ICOM):

O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite. (International Council of Museums Portugal, 2015)

Também o *Código deontológico do ICOM para os museus* se debruça sobre o assunto:

O museu tem o importante dever de desenvolver o seu papel educativo e de chamar a si um público cada vez mais numeroso, de todos os sectores da comunidade, localidade ou grupo em que está inserido. Deve facultar ao público oportunidades para se envolver e apoiar os seus objectivos e actividades. A interacção com a comunidade é parte integrante da missão educativa do museu, podendo tornar-se necessário para este efeito o recrutamento de pessoal especializado. (International Council of Museums, 2003, p. 5)

Na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, a função de “educação” é consignada pela primeira vez num diploma desta natureza e definida com essencial, dando especial enfoque à diversidade cultural, à educação permanente, à participação da comunidade, ao crescimento e à diversificação dos públicos.¹¹

6. Considerações finais

As instituições culturais continuam a ser os locais privilegiados para a construção de saberes e marcos de vitalidade e diversidade que refletem e propagam, concomitantemente, a mudança e o dinamismo que caracterizam a atual sociedade da informação, do conhecimento e da partilha.

Como afirmado na introdução deste artigo, a educação em museus torna-se, no final do século XX e início do século XXI, uma função emergente e em consolidação e o seu cumprimento – enquanto competência dos Serviços Educativos e em articulação com as restantes funções museológicas (estudo e investigação, incorporação, inventário e documentação, conservação, segurança, interpretação e exposição) – implica necessariamente a mediação dos públicos com os objetos apresentados em exposições de longa duração ou temporárias.

Estamos, por isso, convictos que importa conhecer os públicos, reais e potenciais, desenhar estratégias e redes colaborativas com a comunidade e o território, aumentar a oferta de programas culturais junto de públicos diversificados, reequacionar os horários de funcionamento no sentido do seu alargamento e diversificação, assegurar a acessibilidade (física e comunicacional), dotar os Serviços Educativos com recursos humanos qualificados, cooperar com as escolas ajudando-as a ultrapassar os constrangimentos organizacionais e logísticos subjacentes a aspetos de natureza política e curricular.

¹¹ Na Lei n.º 47/2004 foram consagradas sete funções museológicas: estudo e investigação; incorporação; inventário e documentação; conservação; segurança; interpretação e exposição; educação.

Referências

- Aviso de 30 de dezembro. *Diário da República n.º 299/1989*.
- Azevedo, M. R. P. M. (2003). *Mediação cultural na contemporaneidade: os museus* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Barbosa, M. R. R. P. (2011). *Os serviços educativos em museus e centros de arte contemporânea em Portugal* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Aberta.
- Barriga, S. (coord.), & Silva, S. G. (coord.) (2007). *Serviços educativos na cultura*. Setepés.
- Cabral, M. (1960). O serviço de extensão escolar do Museu Nacional de Arte Antiga. *Viriatis: Boletim do Museu de Grão Vasco, IV*, 44-53.
- Cabral, M. (1960). O serviço infantil do Museu Nacional de Arte Antiga. *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga, IV(3)*, 47-51.
- Cabral, M. (1961). Serviço de extensão escolar. *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga, 4(4)*, 43-46.
- Cabral, M. (1971). Serviço educativo dos museus. In *Seminário apom: Museus e educação*, Lisboa, 1967 (44-49).
- Cabral, M. (1963, agosto). Serviços de extensão escolar e a formação de monitores. *Museu, (5)*, 91-92.
- Cabral, M. (1963, agosto). Serviço educativo no Museu Nacional de Soares dos Reis. *Museu, (5)*, 89-90.
- Camacho, C. F. (2004, outubro). Museus e educação de adultos em Portugal: tendências e práticas. *Aprender ao longo da Vida, (2)*, 31-35.
- Campos, M. C. (1987). Museu Nacional de Soares dos Reis. In *Colóquio apom: A escola vai ao museu*, Lisboa, 1987 (113-115).
- Costa, M. M. G. F. C. (1996). *Museus e educação: contributo para a história e para a reflexão sobre a função educativa dos museus em Portugal* [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação – Universidade de Coimbra.
- Couto, J. (1960, novembro). 1.ª reunião dos conservadores dos museus, palácios e monumentos nacionais. *Ocidente, LIX (271)*, 294-296.
- Couto, J. (1961). 2.ª conferência dos conservadores dos museus, palácios e monumentos nacionais. *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga, 4(4)*, 3-21.
- Couto, J. (1961, maio). Extensão escolar dos museus. *Museu, (2)*, 47-53.
- Couto, J. (1962, novembro). Monitores para o serviço de extensão escolar. *Ocidente, LXIII(295)*, 269-270.
- Couto, J. (1963, março). O centro infantil do Museu de Arte Antiga e a Fundação Gulbenkian. *Ocidente, LXIV(299)*, 180-181.
- Couto, J. (1963, setembro). O serviço escolar dos museus. *Ocidente, LXV(305)*, 148-149.
- Couto, J. (1964, março). O serviço infantil no Museu do Conde de Castro Guimarães. *Ocidente, LXVI(311)*, 150.
- Couto, J. (1964, março). Palestras num curso de monitoras. *Ocidente, LXVI(311)*, 150-152.
- Decreto n.º 20985/1932 de 7 de março. *Diário do Governo n.º 56/1932*.
- Decreto n.º 22110/1933 de 12 de janeiro. *Diário do Governo n.º 10/1933*.
- Decreto-Lei n.º 233/1989 de 27 de julho. *Diário da República n.º 169/1989*.
- Decreto-Lei n.º 248/1989 de 8 de agosto. *Diário da República n.º 181/1989*.
- Decreto-Lei n.º 27084/1936 de 14 de outubro. *Diário do Governo n.º 241/1936*.
- Decreto-Lei n.º 45/1980 de 20 de março. *Diário da República n.º 67/1980*.
- Decreto-Lei n.º 46758/1965 de 18 de dezembro. *Diário do Governo n.º 286/1965*.
- Decreto-Lei n.º 55/2001 de 15 de fevereiro. *Diário da República n.º 39/2001*.
- Delors, J. (1996). *Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. ASA.
- Despacho conjunto n.º 1062/2003 de 27 de novembro. *Diário da República n.º 275/2003*.
- Despacho conjunto n.º 616/2000 de 5 de junho. *Diário da República n.º 130/2000*.
- Encontro museus e educação*. (2002). Instituto Português de Museus.
- Encontro ver, rever: museus, educação*. (2004). Instituto Português de Museus.

- Gallego, M. (2000/2003). O serviço educativo do Museu Nacional de Arte Antiga e os programas para adultos. *Cira: Boletim Cultural*, (9), 79-85.
- Gomes, R. T., & Lourenço, V. (2009). *Democratização cultural e formação de públicos: inquérito aos “serviços educativos” em Portugal*. Observatório das Actividades Culturais.
- Guerreiro, G. N. R. (agosto 1963). O serviço educativo dos museus: os museus e o ensino secundário. *Museu*, (5), 102-107.
- Grupo de Projeto Museus do Futuro. (2020). *Relatório final: Versão preliminar*. Direção Geral do Património Cultural.
http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/docs/2020/07/15/relatoriomuseusfuturo7_7.pdf.
- Housen, A. (2000). *Educação estética e artística: abordagens transdisciplinares*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- International Council of Museums Portugal. (2015). *Definição: Museu..* <https://icom-portugal.org/recursos/definicoes/>.
- International Council of Museums. (2003). *Código deontológico do ICOM para os museus*. Comissão Nacional Portuguesa do ICOM.
- International Council of Museums. (2008). *Referencial Europeu das Profissões Museais*, <http://www.icom-portugal.org/multimedia/File/ReferencialPT.pdf>.
- Lage, M. O. P., & Bandeira, C. (2017). Serviços educativos em bibliotecas públicas. *Revista Lusófona de Educação*, 37(37), 63-78. <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6230>.
- Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto. *Diário da República n.º 195/2004*.
- Marques, E. (2001, outubro 31). A função pedagógica dos museus: o silêncio não é de ouro. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, (811 Suplemento Educação), 9.
- Martinho, T. D. (2007). *Apresentar a arte: estudo sobre monitores de visitas a exposições*. Observatório das Actividades Culturais.
- Mendes, J. A. (1999). O papel educativo dos museus: evolução histórica e tendências actuais. *Didaskalia: Revista da Faculdade de Teologia*, XXIX(1 e 2), 667-692.
- Pinto, A. S. (1977, outubro). Museu Nacional de Arte Antiga: uma casa aberta à educação. *O Jornal da Educação*, (5), 32-33.
- Portaria n.º 352/1987 de 29 de abril. *Diário da República n.º 98/1987*.
- Portaria n.º 929/1987 de 9 de dezembro. *Diário da República n.º 282/1987*.
- Rodrigues, P. M. (2008). O serviço educativo da Casa da Música. *Revista de Educação Musical*, (130), 58-64.
- Santos, M. L. L. (coord.), & Oleiro, M. M. (2005). *O panorama museológico em Portugal: 2000-2003*. Observatório das Actividades Culturais; Instituto Português de Museus/Rede Portuguesa de Museus.
- Semedo, A. (coord.), & Lopes, J. T. (coord.). (2006). *Museus, discursos e representações*. Afrontamento.
- Silva, A. S. (2004). As redes culturais: balanço e perspectivas da experiência portuguesa, 1987-2003. In *Encontro públicos da cultura*, Lisboa, 2003 (241-283).
- Silva, S. G. (2003, outubro). Sector de educação: um ponto de encontro para todos. *Aprender a Olhar*, (9), 22.
- Stöger, G. (ed.), & Stannett, A. (ed.). (2001). *Museus, mediadores e educação de adultos: práticas partilhadas em cinco países*. Büro für Kulturvermittlung.
- Y. (1897, dezembro). Museus. *O Archeologo Português*, III(12), 279-280.